



**Conselho Municipal de Saúde
do Rio de Janeiro (CMS/RJ)**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Ref.: 13/11/2018

Aos treze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, no Centro Administrativo São Sebastião/CASS, rua Afonso Cavalcanti, 455, Bloco I, auditório, subsolo, em segunda convocação reuniu-se ordinariamente o Colegiado do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (CMS/RJ), das catorze e trinta às dezoito horas. Pelo segmento dos usuários: conselheira suplente Paula Cristina Braga (Associação Carioca de Distrofia – ACADIM); conselheira Júlia Daniela de Castro (Federação das Associações dos Moradores do Município do Rio de Janeiro - FAM-RIO); conselheira Maria de Fátima Silva Pinto (Associação Mulheres Guerreiras); conselheiro Wilson Nilson da Rocha (Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio de Janeiro – FAAPERJ); conselheiro suplente Delair Caetano Gomes Filho (Sindicato dos Empregados de Empresa de Asseio e Conservação do Município do Rio de Janeiro); conselheiro Jorge Agostinho de Almeida Neto (Associação dos CAPSI do Município do Rio de Janeiro - ACAMURJ); conselheira Ananda Lopes Carneiro Gonzalez (Grupo Otimismo de Apoio ao Portador de Hepatite); conselheira Maria da Glória Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP 1.0); conselheira Maria Edileusa Braga Freires (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1); conselheiro Ozeas Lopes Farias (Conselho Distrital de Saúde da AP 2.2); conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1); conselheira Maria Angélica de Souza e conselheiro suplente Manoel João de Santana (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.2); conselheira Margarida Maria Azambuja Frouf e conselheiro suplente José Cosme dos Reis (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.3); conselheiro Azaury Monteiro de Alencastro Graça Junior (Conselho Distrital de Saúde da AP 4.0); conselheiro Ludugério Antonio da Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.1), conselheira Neide Maria Neres Tinoco (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2) e o conselheiro Geraldo Batista de Oliveira (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.3). Pelo segmento dos profissionais de saúde: conselheira Maria José dos Santos Peixoto (Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro – SASERJ); conselheira Miriam Andrade de Souza Lopes (Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro – SATEMRJ); conselheira suplente Denise Resende Sanches (Sindicato dos Enfermeiros do Município do Rio de Janeiro – SINDENFRJ); conselheira Sheila Aguiar Marino (Sindicato dos Fonoaudiólogos do Estado do Rio de Janeiro – SINFERJ); conselheiro Alexandre Oliveira Telles (Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro – SINMED); conselheira suplente Suelen Guimarães dos Santos (Associação dos Funcionários do Instituto Nacional do Câncer – AFINCA); conselheiro Wagner Gomes Bezerra (Sindicato dos Fisioterapeutas, Terapeutas Ocupacionais, Auxiliares de Fisioterapia e Auxiliares de Terapia Ocupacional no Estado do Rio de Janeiro – SINFITO) e conselheiro Marinaldo Silva Santos (Sindicato dos Psicólogos do Estado do Rio de Janeiro – SINDPSI). Pelo segmento dos gestores/prestadores de serviços: conselheiro suplente Jaciano Gomes Santiago (Secretaria Municipal de Saúde - SMS), conselheira Lúcia Maria Lafayette Rodrigues Pereira (Secretaria Municipal de Saúde); conselheira Márcia Reis da Silva (Secretaria Municipal de Saúde); conselheira suplente Renata Porto (VivaRio); conselheira Carmen Sandra Portugal Nogueira (Fundação Amélia Dias de Assistência ao Menor e Adolescente Portador de Necessidades Especiais – FAMAD); conselheira Simone de Oliveira Castro do Nascimento (Universidade do Rio de Janeiro – UNIRIO) e conselheira Maria Lúcia Freitas Santos (Universidade Federal do Rio de Janeiro –

UFRJ). A reunião ordinária foi iniciada com a seguinte pauta: distribuição das atas de 11/09 e 09/10/2018; **1) Deliberação da ata de 14/08/2018; 2) Leitura de Circular da Comissão Executiva sobre comportamento dos conselheiros no percurso da reunião – 5 minutos; 3) Deliberação dos processos: 09/004049/2017 - Hospital da Mulher Mariska Ribeiro - AP 5.1. Assunto:** Habilitação de 73 leitos de gestação de Alto Risco/ GAR; **09/002414/2017 - Hospital Municipal Albert Schweitzer - AP 5.1. Assunto:** Habilitação de 12 leitos de Unidade de Cuidados Intermediários Neonatal Convencional; **4) Deliberação do Plano de Ação da SUBVISA 2019, processo 09/901494/2018 – 30 minutos; 5) Aprovação do Regimento Eleitoral para Comissão Executiva do CMS/RJ 2019 e escolha da Comissão Eleitoral - 20 minutos; 6) Leitura de documento do SINFITO abordando a situação dos idosos do Instituto de Geriatria e Gerontologia Miguel Pedro (IGG) - 20 minutos; 7) Discussão e Deliberação sobre a Moção de Repúdio da AP-2.2 - 10 minutos; 8) Reestruturação imposta a Gestão da Saúde na Cidade do RJ - 45 minutos; 9) Comissão de Educação Permanente - 30 minutos; 10) Comissões do Conselho Municipal de Saúde - 10 minutos; 11) Informes da Secretaria Executiva - 15 minutos; 12) Informes da Gestão da SMS - 10 minutos; 13) Informes do Colegiado - 05 minutos por conselheiro.** Observação: Os itens de 09 a 12 foram cancelados por causa do avançado da hora. O **Secretário Executivo David Lima** deu início à chamada de composição da Mesa Executiva do Conselho Municipal de Saúde pela seguinte ordem: **Presidenta Maria de Fátima Gustavo Lopes;** representando os usuários a **conselheira Maria Edileusa Braga Freires** e o **conselheiro Ludugério Antonio da Silva;** representando os profissionais de saúde o **conselheiro Alexandre Oliveira Telles** e representando os gestores o **conselheiro suplente Jaciano Gomes Santiago** que está encarregado de fazer a leitura dos pontos da pauta. O **Secretário Executivo David Lima** passou a coordenação dos trabalhos para a Presidenta da mesa que cumprimentou a todos e logo após passando a leitura dos trabalhos da ordem do dia para o **conselheiro Jaciano Gomes Santiago** que agradeceu a presença de todos e informando que fará a leitura, um por um, dos assuntos da pauta do dia. Após a leitura, a **Presidenta Maria de Fátima Gustavo Lopes** colocou em votação a pauta que foi aprovada pela maioria simples. Em seguida colocou para aprovação o **ponto um:** Deliberação da ata de 14/08/2018 que foi aprovada pela maioria simples. **Ponto dois –** Leitura de Circular da Comissão Executiva sobre comportamento dos conselheiros no percurso da reunião. Nesse momento, o **Secretário Executivo David Lima** fez a leitura de alguns pontos do Regimento Interno do CMS/RJ. Principais pontos: **a –** Não serão acatados pedidos de Questão de Ordem, de Esclarecimento e Encaminhamento e nem outro tipo de manifestação inadequada depois de iniciado qualquer processo de votação. **b –** Outra forma regulamentada de pedir a palavra, durante o transcorrer da reunião é quando algum dos presentes tiver o seu nome ou da entidade que representa citados por algum palestrante e que venha suscitar dúvida que atinge negativamente as suas imagens. Então terá que solicitar diretamente a coordenação da mesa diretora o uso da palavra por um período de um minuto, apenas, para negar ou esclarecer melhor o motivo de sua citação. **c -** Qualquer um está sujeito a ser retirado do recinto e ainda sofrer as demais penalidades previstas no Regimento Interno e nas leis vigentes, caso desrespeite os presentes e a ordem dos trabalhos. **Ponto três – Deliberação dos processos da AP-5.1: 09/004049/2017 -** Habilitação de 73 leitos de gestação de Alto Risco do Hospital da Mulher Mariska Ribeiro. **09/002414/2017 -** Habilitação de 12 leitos de Unidade de Cuidados Intermediários Neonatal Convencional do Hospital Municipal Albert Schweitzer. A **Presidenta Maria de Fátima Gustavo Lopes** colocou os dois processos para votação em bloco e foram aprovados pela maioria simples com um voto contrário. **Ponto quatro:** - Deliberação do Plano de Ação da SUBVISA 2019, processo **09/901494/2018.** Nesse momento, a **Senhora Leila Rodrigues** fez a apresentação utilizando-se de slides, comentando cada um separadamente. Ao final da apresentação a Presidenta registrou a presença do ilustre **Vereador Paulo Pinheiro.** Aplausos. Em seguida, foi aberto o ciclo de perguntas e respostas. A **conselheira Maria Lúcia Freitas Santos** disse que antes da aprovação seria muito importante para os conselheiros avaliarem mais de perto o conteúdo desse processo porque sabem que é uma planilha enviada pelo Ministério da Saúde, mas nem todos têm conhecimento desse processo de construção da pactuação. Por isso, cada conselheiro tem que ter a noção do que está pactuando, aprovando, enquanto município do Rio porque nesse momento temos situações de saúde que envolve a exigência da atuação da Vigilância Sanitária, pois não sabem se isso está pactuado e qual o volume de recursos para cada uma dessas ações.

Entretanto, sabemos que teve mudanças no processo de financiamento do Ministério da Saúde para os municípios. Por isso, precisam ver os valores e como eles estão sendo distribuídos dentro da planilha. Acha que a Vigilância Sanitária e a Vigilância Epidemiológica são muito importantes para a segurança da saúde da população. Então têm que se certificarem e assegurarem de que todos os conselheiros têm noção daquilo que estão aprovando e se há concordância no que estão aprovando porque isso tem impacto na saúde de todos e tem impacto com o que estão financiando. A **conselheira Maria Angélica de Souza** disse que, enquanto saúde do trabalhador do município do Rio de Janeiro, obtiveram um avanço porque hoje a saúde do trabalhador tem uma Pasta na Vigilância Sanitária e na Atenção Básica, na SUBPAV. Dentro da programação da SUBVISA, da Vigilância Sanitária, faz parte o NIFAT (Núcleo de Integração da Fiscalização em Ambientes de Trabalho) dentro da estrutura da SUBVISA. Disse que gostaria, enquanto coordenadora da CIST (Comissão Intersectorial de Saúde do Trabalhador) que fosse apresentado o fluxo de atendimento do NIFAT em relação à saúde do trabalhador na SUBVISA porque não têm noção em relação a esse fluxo mas precisamos ter. Também em relação aos recursos porque no início desse ano trabalharam no sentido de que o recurso que é destinado à saúde do trabalhador em relação aos CEREST's que anteriormente pertenciam a SUBVISA. Por isso, gostaria de saber se foi repassado esses recursos e no caso de que tenha sido repassado, hoje, como a Pasta está na SUBPAV? Como fazer com que os recursos cheguem a SUBPAV. E, de que forma foi utilizado. A **conselheira Maria José dos Santos Peixoto** disse que o CMS/RJ não tem dono porque é da sociedade. Por esse motivo não irá aceitar o documento que foi lido no ponto dois da pauta. Voltando ao assunto, perguntou como fica o pagamento dos trabalhadores das OS's? Será que alguém irá discutir isso agora. A **Presidenta Maria de Fátima Gustavo Lopes** disse que será discutido no ponto oito. Retrucando, a conselheira disse que deveria ser o primeiro ponto da pauta por causa da sua importância e que na SMS existe o programa; a boa vontade dos técnicos. Pediu para deixar registrado aos técnicos presentes da SMS que os mesmos foram elogiados profissionalmente pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro através do Vereador Paulo Pinheiro que reconheceram a qualidade dos projetos mas que não são colocados em prática. Continuando, disse que quando a SMS deixa, enquanto sociedade, sem condições de atendimento a população, nada faz para que as Clínicas da Família ou qualquer unidade de saúde fechem, além de não pagar os trabalhadores, não tem moral para discutir mais nada. Aplausos. A **Senhora Leila Rodrigues**, respondendo a conselheira Maria Lúcia, disse que são duas coisas; o modelo de estrutura do documento é pré-moldado e eles só customizam com a realidade do município, das ações que já vinham sendo feitas. Ressaltou que ano a ano revêem o elenco dessas planilhas e atualizam de acordo com que está sendo realizado e qual foi o passo que foi dado. Disse que compete à Vigilância Estadual fazer uma verificação dessa cobertura nos municípios do Estado do Rio de Janeiro para ver se esses municípios conseguiram atingir aquela proposta que foi feita. Explicou que isso tudo são propostas, pois é feito um levantamento no ano anterior de como pretende trabalhar no ano subseqüente. Ressaltou que isso é feito há bastante tempo e todo final de ano apresentam isso com um documento atualizado. Em relação às pactuações, disse que não são feitas com o nível federal, pois como apontou a conselheira Maria Angélica de Souza, hoje, essa mudança da passagem do financiamento continua sendo "per capita" e isso não tem como. Entretanto, a dificuldade que têm hoje é diferente do que esperavam, pois estavam na expectativa de ver se isso vai mudar. Pelo menos é a conversa que têm tido com a Vigilância Estadual que não conseguem visualizar tão bem como antes esse valor. Mas conseguem chegar ao orçamento e olhar mas não conseguem rastrear se esse dinheiro está todo. Afirmou que tem uma planilha aonde tem o total que é o montante do repasse deles, mas antes quer mostrar o que chamam de pactuação. Nesse momento foi feita outra apresentação com slides e comentários. Com o final da apresentação informou o valor que têm para o ano de 2019 e que já está dividido no 'nosso' orçamento de repasse é de R\$ 3.912.159,00 (três milhões, novecentos e doze mil, cento e cinqüenta e nove reais). O **conselheiro Alexandre Oliveira Telles**, a título de esclarecimento perguntou qual era o orçamento desse ano. A **Senhora Leila Rodrigues** respondeu que não tem essa informação. Respondendo a conselheira Maria Angélica de Souza sobre a questão da saúde do trabalhador, esclareceu que em agosto ou setembro apresentou no CMS/RJ a estrutura do NINFAT. Informou que a saúde do trabalhador está inteira na SUBPAV mas o que tem agora é o núcleo onde faz a parte de ambiente, climatização de estrutura física mas não é saúde do trabalhador. Informou que

todo o financiamento dos CEREST's, sobre o repasse virá para a SUBVISA não tendo mais nada a ver com a Vigilância Sanitária. A **conselheira Maria Angélica de Souza** disse que se apresentou antecipadamente ao restante da pergunta. A **Senhora Leila Rodrigues** perguntou se a conselheira quer o fluxo mais pormenorizado. A conselheira respondeu que sim, pois continua sendo o órgão fiscalizador, mas a SUBPAV vai trabalhar com a função. Antecipando-se novamente, a **Senhora Leila Rodrigues**, completou perguntando com toda parte de assistência da saúde do trabalhador? Continuando, a conselheira disse que enquanto CIST, eles precisam saber qual será o fluxo da fiscalização porque isso os interessa. A **Senhora Leila Rodrigues** disse que como a conselheira colocou, acha que o melhor é levar isso até porque existe uma coordenação, um núcleo que ficou como coordenação mas tem um responsável e falará com a Subsecretária, a Senhora Márcia Rolim e agendar com o CMS/RJ. Portanto, irão preparar uma apresentação para informar a todos. A **Presidenta Maria de Fátima Gustavo Lopes** agradeceu a Senhora Leila Rodrigues e como tudo já foi esclarecido pediu para colocar em votação. A **conselheira Maria José dos Santos Peixoto** disse que não entendeu o documento. Afirmou que pode estar errada por não entender. Por isso, o CMS/RJ foi criado para que todos da sociedade possam participar para que os que não entendem de números, os que não sabem ler e os que não sabem escrever mas todos poderão representar a sua base, o seu segmento aqui no Conselho. Ressaltou que o CMS/RJ é aberto a todos mas se fecharem todos terão que ir para o Ministério Público. Com toda sinceridade, disse que a Senhora Leila Rodrigues é uma pessoa competente e educada e seus membros são comprometidos com as políticas de saúde e têm que preservar. Entretanto, desde a primeira apresentação e a de hoje feita pela Senhora Leila Rodrigues, que não entendeu nenhuma das duas. Reafirmou que pode está errada mas não veio a proposta orçamentária. Por isso, disse a todos que não votará porque não entendeu nada. O **conselheiro Jaciano Gomes Santiago** informou mais uma vez que o assunto tratado, hoje, foi enviado pelo Conselho Municipal de Saúde aos membros do Colegiado e mais uma vez verificou que poucos olharam e analisaram o documento que está sendo apresentado. Esclareceu o que está sendo votado é o Plano de Trabalho que foi apresentado e que faz parte do e-mail enviado a todos para olharem, analisarem e trazerem suas dúvidas mas algumas pessoas não fizeram isso e daí essa confusão. O **conselheiro Alexandre Oliveira Telles** pediu uma Questão de Encaminhamento por vários motivos: **1** - a plenária não está esclarecida. **2** - o documento enviado previamente por e-mail é muito denso para ser lido porque todos estão atordoados com o desmonte da saúde pública e certas propostas. **3** - os sindicatos dos trabalhadores fazendo greve. **4** - os CDS's tendo que debater isso em suas bases. Por esses motivos, não houve condições de debater esse documento. Informou estar sugerindo que a pauta seja adiada para a próxima reunião ordinária para conseguirem fazer esse debate amplamente com as entidades e nos CDS's. Assim, com mais informações, trazer para debater na reunião de dezembro do Conselho Municipal de Saúde. A **Presidenta Maria de Fátima Gustavo Lopes** colocou em votação a Questão do Encaminhamento do conselheiro Alexandre Oliveira Telles que foi aprovada pela maioria simples dos presentes. **Ponto cinco** - **Aprovação do Regimento Eleitoral para Comissão Executiva do CMS/RJ 2019 e escolha da Comissão Eleitoral.** Nesse momento, o **Secretário Executivo David Lima** deu início à apresentação do Regimento Eleitoral com slides lendo e comentando cada capítulo e seus respectivos artigos separadamente. Informou que o conselheiro que quiser fazer destaque deverá levantar a mão. Pontos essenciais: **a** – a escolha de quatro conselheiros titulares para comporem a Comissão Eleitoral será: dois usuários, um profissional de saúde e um gestor/prestador. Na ausência do titular seu suplente poderá compor. **b** – as eleições ocorrerão no dia 18/12/2018 no auditório Meri Baran localizado na rua Afonso Cavalcanti 455, Bloco I, sala 852, Bairro Cidade Nova no horário de 13 às 17 horas em reunião extraordinária. Com o fim da leitura, o **Secretário Executivo David Lima** passou para os destaques. O **conselheiro Marinaldo Silva Santos** disse que o artigo nono reza: *“qualquer recurso sobre o pleito deverá ser apresentado imediatamente por escrito à comissão eleitoral, que com assistência da Secretaria Executiva do CMS/RJ o examinará e, em seguida, anunciará seu parecer”*. O conselheiro acha que a palavra “com” do jeito que está, obriga a presença do Secretário Executivo do Conselho Municipal e, por isso, se torna obrigatória deixando a Comissão Eleitoral sem autonomia. Em sua opinião, para que a Comissão Eleitoral seja autônoma, colocaria que *“caso não tenha”*, a Comissão Eleitoral o conhecimento suficiente que então recorra ao Secretário Executivo do Conselho Municipal.

Isso para que não seja obrigatória a presença do mesmo. O **Secretário Executivo David Lima** esclareceu que, caso todos tenham observado em todo Regimento a Secretaria Executiva assiste todo o pleito com os documentos, com os funcionários etc. A assistência é nesse sentido. O **conselheiro Marinaldo Silva Santos** disse “*se necessário*”, que acrescente no texto ‘*se necessário*’, porque senão a Comissão não fica autônoma. O **Secretário Executivo David Lima** respondeu que não tem problema, inclusive concorda com a inclusão porque assim fica melhor. Em seguida leu o texto modificado com o adendo do conselheiro Marinaldo Silva Santos que passou a ser o seguinte: “*qualquer recurso sobre o pleito deverá ser apresentado imediatamente por escrito, à Comissão Eleitoral que com a assistência da Secretaria Executiva do CMS/RJ, se necessário for para os devidos esclarecimentos o examinará e em seguida anunciará seu parecer. Dirimidas todas as dúvidas, proceder-se-á a eleição e posse dos eleitos em ato contínuo*”. A **Presidenta Maria de Fátima Gustavo Lopes** perguntou se os conselheiros estavam de acordo com a mudança no texto. Houve concordância e, em seguida pediu para colocar em votação o Regimento Eleitoral na íntegra. Entretanto, o **conselheiro Geraldo Batista de Oliveira** pediu um esclarecimento sobre a questão da composição da Comissão Executiva porque questionou a vaga cativa da SMS já que em vez de oito fica sete mas com sete como se dará a paridade? O **Secretário Executivo David Lima** respondeu que com a vaga cativa da SMS ficam oito já que os outros sete é que serão eleitos. Explicou que a vaga cativa tem respaldo na Lei que reza que: “*o Secretário Municipal de Saúde tem vaga cativa na Comissão Executiva e assim como Coordenador de Área de Planejamento também*”. Ele não é eleito. A **Presidenta Maria de Fátima Gustavo Lopes** disse que são duas vagas da SMS, sendo uma cativa para o Secretário de Saúde e outra para gestor privado ou público. Nesse momento surgiu um “burburinho” no auditório”. A **conselheira Maria Angélica de Souza** que também havia pedido destaque antes, disse que a Presidenta eleita do CMS/RJ também é usuária. Informou que a Comissão Executiva tem a vaga do Secretário Municipal de Saúde e mais outra vaga de gestor, mas os profissionais têm duas vagas e os usuários quatro vagas. Então como fica a composição do CMS/RJ? A **Presidenta Maria de Fátima Gustavo Lopes** respondeu que a Presidenta não entra na Comissão Executiva. A **conselheira Maria Angélica de Souza** disse que está resolvido já que a Presidenta está acima da Comissão Executiva. Por isso, têm que deixar a posição bem clara para todos porque está havendo muitas confusões no decorrer de várias plenárias. A **Presidenta Maria de Fátima Gustavo Lopes** concordou dizendo que toda vez que é feita a leitura de um documento no Conselho Municipal de Saúde não é em nome da presidência mas sim da Comissão Executiva porque tem a Presidenta mas é a Comissão Executiva que delibera. A **conselheira Maria Angélica de Souza** disse que a Comissão Executiva tem que entrar em um consenso e apresentar, pois quem assina é a Presidenta mas se os conselheiros não acatarem ela não assina. O **Secretário Executivo David Lima** pediu um aparte para esclarecer que a Presidenta é uma usuária e o usuário tem direito a quatro vagas na Comissão Executiva. Prosseguiu esclarecendo que a Presidenta preside a Comissão Executiva e outros Órgãos do CMS/RJ mas se ela quiser pode como representante de sua entidade, concorrer à eleição da Comissão Executiva. Então as quatro vagas de usuários virariam três mas acha uma grande bobagem porque outro usuário poderia estar no lugar dela. Entretanto, caso ela não seja eleita para a Comissão Executiva o papel dela nessa mesma comissão é usar o voto de minerva em caso de empate já que raramente vota. Ressaltou que o intuito da lei é de formar conselheiros para serem gestores no CMS/RJ e assim assumirem cargos de responsabilidade mais administrativamente na questão do CMS/RJ. Por isso: **1** - a Comissão Executiva é eleita todo ano. **2** – o substituto do presidente para ir treinando para que seja presidente, tem que ser um membro e estar no dia a dia da Comissão Executiva. Dirimidas as dúvidas a **Presidenta Maria de Fátima Gustavo Lopes**, pode finalmente colocar **em votação o Regimento Eleitoral** com a modificação sugerida pelo conselheiro Marinaldo Silva Santos. Em votação o Regimento Eleitoral na íntegra foi aprovado pela maioria simples dos presentes. O **Secretário Executivo David Lima** informou ao pleno que as conselheiras Maria Edileusa Braga Freires e Miriam Andrade de Souza Lopes pelo fato de terem exercido dois mandatos na Comissão Executiva não poderão concorrer à eleição dessa mesma comissão até 02/12/2019. Em seguida deu prosseguimento à **eleição da Comissão Eleitoral** na qual foram escolhidas quatro conselheiras, sendo duas do segmento usuário: Júlia Daniela de Castro e Maria Angélica de Souza. Uma do segmento profissional: Miriam Andrade de Souza Lopes e uma do segmento

Gestor/Prestador de Serviços: Simone de Oliveira Castro do Nascimento. A Comissão Eleitoral escolhida foi colocada em votação sendo aprovada pela maioria simples dos presentes. **Ponto seis** - Leitura de documento do SINFITO abordando a situação dos idosos do Instituto de Geriatria e Gerontologia Miguel Pedro (IGG). Nesse momento, o **conselheiro Wagner Gomes Bezerra** fez a leitura do documento. Ao final da leitura o conselheiro disse que gostaria que todos os membros do Colegiado pudessem mais uma vez fazer uma fiscalização como aconteceu na primeira vez em que o fato foi denunciado. Prosseguindo, disse que os conselheiros fossem às unidades para saberem o que está acontecendo de fato, presencialmente, pois é muito melhor do que ficarem discutindo porque todos os conselheiros de todos os segmentos querem ação e precisam agir. Ressaltou que qualquer coisa que venha a falar terá que ser dito, agora, em um aspecto importante porque todos querem uma grande discussão no Conselho Municipal de Saúde. Quando estava sendo lido o ponto sete, a **conselheira Maria José dos Santos Peixoto** perguntou se não poderia falar sobre o ponto seis. O **conselheiro Jaciano Gomes Santiago** explicou que o documento foi colocado como leitura. A conselheira não aceitou a explicação e pediu uma Questão de Ordem. Com a palavra, disse que não podia ficar calada diante da leitura, da dificuldade de uma unidade importante da terceira idade. Ressalvou que esse hospital (IGG) é muito antigo e que, por isso, os conselheiros têm que ter cuidado e pedirem muito para que todos possam participar das reuniões ordinárias do Conselho Municipal de Saúde para fiscalizarem os conselheiros. Esclareceu que não é possível ler um documento e os conselheiros não poderem falar nada mas os conselheiros não podem deixar esse hospital fechar porque o conselheiro Wagner Gomes Bezerra leu uma nota mostrando o extermínio desse hospital e a transferência dos pacientes para o Hospital Municipal Barata Ribeiro que, por sua vez, envia esses mesmos pacientes para lugar que a conselheira não sabe onde é. Quanto aos profissionais que estavam no Instituto de Geriatria e Gerontologia (IGG) e foram transferidos para o Hospital Municipal Barata Ribeiro, eles estão recebendo documento para se apresentarem em local que a conselheira não soube dizer. Portanto, o CMS/RJ tem que escolher uma comissão de conselheiros para fazer uma visita a esse hospital (IGG) como o conselheiro Wagner Gomes Bezerra solicitou. Atenção: todos têm que discutir isso com seriedade e não fazer um documento e deixá-lo escondido em uma gaveta. Aplausos. A **Presidenta Maria de Fátima Gustavo Lopes** indagou se o IGG é da área da AP-2.2. A **conselheira Miriam Andrade de Souza Lopes** informou que sim, ressaltando que é a única referência do Município do Rio Janeiro para geriatria e gerontologia. A **Presidenta Maria de Fátima Gustavo Lopes** disse para a conselheira Maria José dos Santos Peixoto que a Secretaria Executiva e a Comissão Executiva por ser uma Questão de Ordem irão encaminhar para a AP-2.2. **Membro do Colegiado que não se identificou** disse que essa unidade também pertence a AP-1.0. Novamente com a palavra, a Presidenta disse que irá encaminhar para os responsáveis dessas duas áreas para que façam essa fiscalização e depois encaminhem para o CMS/RJ. A **conselheira Miriam Andrade de Souza Lopes** informou que deseja fazer outro encaminhamento. Aproveitando a leitura do conselheiro Wagner Gomes Bezerra, disse que precisa fazer uma visita muito dinâmica e profunda onde os conselheiros como Comissão Executiva e como plenária elaborem uma pauta específica sobre essa denúncia para a próxima reunião ordinária em que a SMS esteja presente para que o Colegiado possa ouvir seus membros, a denúncia e os conselheiros presentes para que seja sanado todas as dificuldades do IGG. Reafirmou ser uma proposta de pauta para a reunião de dezembro e que deve ser encaminhada para ser aprovada ou não. Continuando, disse que esse problema acontece desde a gestão passada e o prefeito atual podia ter resolvido mas não resolveu. Entretanto, terá a oportunidade em dezembro de discutirem isso porque os idosos e os servidores públicos estão sendo dispersos. O **conselheiro Marinaldo Silva Santos** disse que a proposta da conselheira não elimina a fiscalização. A conselheira concordou, inclusive encaminhou as AP's para que cada uma convide um conselheiro da Comissão Executiva ou do Pleno para juntos fazerem um relatório para incluir tudo, também, na pauta da próxima plenária. A **Presidenta Maria de Fátima Gustavo Lopes** perguntou se a conselheira deseja que encaminhe a proposta de pauta específica e o relatório para a Comissão Executiva como ponto de pauta. O **Secretário Executivo David Lima** pediu para fazer um esclarecimento que não desabonará ou invalidará de forma alguma a proposta da conselheira. Esclareceu que o SINFITO encaminhou o documento para ser lido mas ocorre que a AP-2.2 e a AP-1.0 já estão envolvidas a algum tempo nesse problema, inclusive o ambulatório do IGG foi removido

para o CMS Hélio Pellegrino. Ressaltou que essa remoção foi acompanhada pelos membros do CDS da AP-2.2 os quais disseram que no CMS/RJ havia melhores disposições. Esclareceu ainda que o maior problema está nas condições em que se encontram os idosos no Hospital Barata Ribeiro. A **conselheira Miriam Andrade de Souza Lopes** disse a Presidenta e aos integrantes da Comissão Executiva para encaminharem aos conselheiros a proposta de pauta sobre esse assunto com a presença da Secretaria Municipal de Saúde, inclusive, com os membros das AP's visitando todas essas unidades acompanhados cada uma por um conselheiro municipal e que cada um seja avisado previamente para que no dia da reunião ordinária em dezembro esteja tudo pronto. A **conselheira Maria José dos Santos Peixoto** fez um encaminhamento dizendo que o IGG deveria ser visitado imediatamente pelos conselheiros para que elaborassem um documento para apresentar na próxima plenária. Ressaltou que esse documento terá que ser avaliado e fiscalizado na instituição (IGG). A **Presidenta Maria de Fátima Gustavo Lopes** respondendo as conselheiras disse que existe uma hierarquia, pois quem faz a visita são os conselheiros das áreas programáticas. Por isso, não pode escolher representante para fiscalizar mas as duas conselheiras podem acompanhar o dia da visita da AP-2.2 e da AP-1.0. O pleno concordou. Em seguida, colocou em votação o encaminhamento da conselheira Miriam Andrade de Souza Lopes para que vire ponto de pauta específica na próxima reunião ordinária. Colocado em votação o encaminhamento foi aprovado pela maioria simples dos presentes.

Ponto sete - Discussão e Deliberação sobre a Moção de Repúdio da AP-2.2. Nesse momento, o **Secretário Executivo David Lima** fez a leitura do documento e ao término, aplausos. Foi aberta a fala para os conselheiros que se inscreveram, sendo chamados um a um pela ordem. O **conselheiro Alexandre Oliveira Telles** explicou que na hora da pauta saiu como deliberação mas na verdade o item sete está totalmente conectado com o item oito que fala da questão da reestruturação. Entretanto, não compete ao CMS/RJ deliberar se aprova ou não uma moção feita pelo Conselho Distrital. Esclareceu que tomaram conhecimento da moção feita pela AP-2.2, inclusive concorda com o conteúdo da mesma mas de forma autônoma o CDS da AP-2.2 aprova. Por esse motivo, propõe passar para a pauta do item oito onde poderão discutir, enquanto Conselho Municipal de Saúde, esses itens. A **conselheira Neide Maria Neres Tinoco** informou que já tinha sido aprovado. O **conselheiro Alexandre Oliveira Telles** explicou, novamente, que não se aprova documento de moção de AP. Entretanto, pode aprovar se incorporar como se fosse do CMS/RJ. O **Secretário Executivo David Lima**, para esclarecer, disse que o CDS tem autonomia para fazer isso em sua área mas a intenção de enviar um documento é para que o CMS/RJ incorpore também essa moção de repúdio, pois somente dessa forma poderá ser publicado no diário oficial após ser deliberado no CMS/RJ o apoio a essa moção de repúdio. Na verdade é um apoio a moção e não deliberação que deverá ser ratificada pelo pleno. O **Vereador Paulo Pinheiro** informou o que estiver de errado na lei por ele criada, cada um poderá enviar a Câmara de Vereadores sugestões para fazer as emendas corretivas. Ressaltou que veio trazer a colaboração do Legislativo sobre dois pontos que foram discutidos hoje. A primeira questão é do IGG porque antes de qualquer discussão a ser feita tem que perguntar o que a SMS quer do Instituto Miguel Pedro de Geriatria e Gerontologia (IGG). Informou que em 2014 na gestão de Eduardo Paes, participou diretamente disso e eles enganaram a todos mostrando que o hospital estava caindo aos pedaços e era verdade, pois iriam fazer uma obra. Uma obra que depois; porque aquela área é um lugar tombado, todos voltariam para o IGG mas enquanto isso eles seriam transferidos para o Hospital Municipal Barata Ribeiro e nada disso aconteceu. Por isso, é preciso saber se a Prefeitura e a Secretaria Municipal de Saúde querem ou não o hospital para a terceira idade. Independente disso eles mudaram o ambulatório de lugar porque seria melhor, embora alguns tenham dito que era melhor deixá-lo no IGG porque no Hospital Municipal Barata Ribeiro não tinha tela de proteção para os idosos, pois os mesmos no início, quase se jogavam lá de cima. É preciso que os conselheiros discutam o que a Secretaria Municipal de Saúde pensa em relação à política do idoso, no caso do IGG, ou seja, se vão reabrir ou se ficará assim, pois isso precisa ser esclarecido. A segunda questão é sobre a Vigilância Sanitária na qual iria falar e desistiu porque a posição do Sindicato dos Médicos era interessante de adiar a discussão. Em primeiro lugar, não dá para discutir o que foi apresentado pela representante da Vigilância Sanitária, pois o que apresentou não é a realidade já que a Câmara de Vereadores não votou orçamento nenhum. Em segundo lugar, para discutir aquele documento é preciso perguntar a Vigilância Sanitária para que explique

como fará tudo isso e se terá orçamento menor ano que vem porque a proposta orçamentária enviada a Câmara de Vereadores, do orçamento dentro da Saúde para à Vigilância Sanitária é de doze milhões de reais a menos em 2019 em relação a 2018. Os membros do Colegiado têm que saber quanto de orçamento da Vigilância Sanitária já foi executado para que antes de discutirem qualquer coisa discutam isso mas para discutir têm que ter informações, não adianta passar aqui e fazer como se o CMS/RJ fosse um tabelião, ou seja, vem 'aqui' abre um negócio e carimba embaixo. Não é para isso que os conselheiros estão aqui e sim para cobrar em todas as áreas. Essa é importante. Prosseguindo, informou que as duas deliberações de hoje são importantes, mas que os conselheiros abram os olhos em relação as suas funções de conselheiros, pois para votar alguma coisa têm que entender o que vai ser votado. Aplausos. O **Secretário Executivo David Lima** disse que o CMS/RJ também reprovou esse orçamento. O **conselheiro Jaciano Gomes Santiago** esclareceu ao vereador que não teve inverdade na apresentação e nem na questão orçamentária porque a Senhora Leila Rodrigues se referiu ao recurso carimbado do Ministério da Saúde. Este recurso carimbado independe de ser aprovado ou não, mas o plano de trabalho precisa ser aprovado. A **conselheira Neide Maria Neres Tinoco** disse que a moção de repúdio da AP-2.2 foi lida e examinada pelo Colegiado da AP-5.2. Por isso, apoiam. Também foi pedida a clareza e a transparência na questão do orçamento para que os conselheiros aprendam e conheçam essa questão e assim poderem se pronunciar e votar sim ou não com consciência já que conhecem suas áreas e estão no CMS/RJ para decidirem questões e representar suas populações locais. Ressaltou que o CDS da AP-5.2 pediu pelo CAPSI da sua área e não foi atendido. Informou que “as coisas” são enviadas com antecedência mas essa antecedência não é tão boa assim para que possam analisar tudo com muita clareza, como aconteceu, agora, com a questão da SUBVISA. Aplausos. O **conselheiro Azaurly Monteiro de Alencastro Graça Junior** disse que falou sobre o orçamento na audiência pública mas especificamente a parte da discussão, pois a lei reza que têm que passar pelos Conselhos Distritais para depois vir para o CMS/RJ e depois para a Câmara de Vereadores. Porém, há muito tempo os conselheiros não têm visto isso acontecer e se antes acontecia porque pressionavam. Portanto, têm que pressionar novamente para que a discussão venha da base e depois chegue “lá”. Nessa audiência pediu aos vereadores que não aprovassem o orçamento porque o mesmo foi rejeitado pelos conselheiros no CMS/RJ. Disse que em fevereiro deste ano se afastou da presidência do CDS da AP-4.0 para tentar ser superintendente da Barra e como superintendente se aproximar mais do prefeito e conseguir alguma coisa para a área. Entretanto, se enganou e nada conseguiu, pois foi exonerado. Informou que ao tempo em que esteve como superintendente viu algumas coisas que não tinha visto e que o incomodaram. Citando o caso do CER Barra, disse que não existe dentro dos prédios municipais da prefeitura equipamentos de combate a incêndio. Se os conselheiros procurarem em suas áreas, em suas unidades, poucas tem esses equipamentos. Exemplificando, disse que a sede do CDS da AP-4.0 fica do lado de fora da Coordenação de Área de Planejamento (CAP) e lá não tem equipamentos. Por isso, em fevereiro ou março desse ano fez um ofício para a Secretaria da Casa Civil pedindo informação, principalmente em relação à Barra, onde atuava como superintendente. Informou que fez essa mesma solicitação a CAP-4.0 e também a SUBHUE; isso em relação às unidades de saúde da área. A resposta que teve foi que a parte toda de combate a incêndio está inserida no contrato de manutenção predial. Falando agora como arquiteto, disse que não existe empresa de manutenção predial que faça manutenção em equipamentos de incêndio, até por não serem autorizadas porque as empresas que fazem essa parte toda de incêndio estão nas “mãos” dos bombeiros e todos sabem disso. São eles que fazem a parte de manutenção predial. Então são empresas separadas. Na realidade, o que percebeu é que existe concertos para que as coisas de repente funcionem mas nos prédios antigos não têm os sprinklers que são obrigatórios. Porém, na época da construção não eram obrigatórios. Por isso, não teria necessidade de ter, mas nos prédios novos uns têm e outros não. Disse que estão no auditório onde tem sprinkler (componente do sistema de combate a incêndio que descarrega água quando detecta fogo). Em seguida pediu para que todos reparassem que essa reunião está sendo feita em um prédio que não tem o “habite-se”. Falando para o Vereador Paulo Pinheiro pediu que os vereadores ajudassem os conselheiros a cobrar para ter esses materiais de incêndio no orçamento. Pediu aos Conselhos Distritais e aos profissionais para ajudarem os conselheiros a fiscalizarem isso para que dentro das áreas,

nas unidades tenham essa parte de combate de incêndio para evitar o que aconteceu no CER Barra. Parabenizou os funcionários guerreiros do CER Barra, que mesmo sem terem treinamento salvaram muitas pessoas. A **Presidenta Maria de Fátima Gustavo Lopes** colocou em votação o apoio a moção de repúdio do CDS da AP 2.2 que foi aprovada pela maioria simples dos presentes. Antes de passar, de fato, para o ponto oito, a **Presidenta Maria de Fátima Gustavo Lopes** disse que o CMS/RJ, por lei, tem um Regimento e que por isso, existem limitações de falas como de ações. Então tudo que sai do CMS/RJ, seja documentos ou moção de repúdio, se o Colegiado acatar será feito. Entretanto, é muito ruim os companheiros achar que o CMS/RJ tem que tomar atitude, mas quando não aparece na mídia para tomar atitude eles ficam ofendendo através de dois e-mails que estão circulando sem nomes dos responsáveis. Ressaltou que são muitas ofensas direcionadas aos presidentes das AP's, ao Conselho Municipal de Saúde e aos coordenadores. Por esse motivo, quer solicitar a todos para participar de uma conversa, onde estarão abertos a todas as discussões. Esclareceu que quando partem para agressão e ofensas são usadas palavras de baixo calão e isto não é papel de sindicalista, de liderança. Então que se abra uma discussão porque os conselheiros têm que ser respeitados já que se baseiam na lei e no regimento. Em seguida leu trechos de dois e-mails, sendo que no primeiro estava escrito: "o Conselho Municipal faz pauta para burro falar". Em outro e-mail está escrito: "Presidente escroto". Ressaltou que isso não é mais reivindicação de sindicalismo e sim falta de respeito. Nesse momento surgiu um "burburinho" no auditório. Algumas conselheiras e alguns conselheiros reclamaram por ter sido usada a palavra "sindicalismo". O **conselheiro Alexandre Oliveira Telles** pediu uma Questão de Ordem porque a Presidenta está fazendo uma fala e tem que respeitar a pauta. Pediu o favor de passar para o ponto oito. Mais uma vez surgiu outro grande "burburinho" no auditório. A **Presidenta Maria de Fátima Gustavo Lopes** disse que se a discussão é para tirar a palavra "sindicalismo" ela retira e pede desculpas. O **conselheiro Alexandre Oliveira Telles** propôs que tirem cópia desse e-mail e distribua entre os conselheiros. A **Presidenta Maria de Fátima Gustavo Lopes** disse que sua fala é essa e como presidente do CMS/RJ exige respeito. Por isso, quer que isso fique gravado porque essa ata... Nesse momento ocorre novo "burburinho" no auditório. Continuando, pediu um minuto para dizer que esta ata.... Interrompeu a própria fala dizendo a conselheira Miriam Andrade de Souza Lopes que tem que se defender de ofensas, que tem que falar. A **conselheira Miriam Andrade de Souza Lopes** pediu para que ela coloque isso na próxima pauta. A Presidenta concordou e pediu para o Secretário Executivo esclarecer melhor. O **Secretário Executivo David Lima** fez a leitura do Ponto oito - Reestruturação imposta a Gestão da Saúde na Cidade do RJ. Esclareceu que a Comissão Executiva colocou esse ponto com a intenção de demonstrar ao Colegiado o que tem acontecido e qual tem sido o posicionamento desse Colegiado e da Comissão Executiva em relação a tudo o que tem acontecido. Então a Presidenta quando começou a ler os e-mails, talvez uma melhor forma de colocar seria o seguinte: "quem escreveu esse e-mail, que é apócrifo, se esconde atrás de um movimento qualquer porque quando escreve pela Secretaria Executiva coloca seu nome embaixo e não o da Secretaria Executiva e assina. Por isso, esse e-mail é apócrifo já que veio sem assinatura". Informou que esses e-mails fazem uma série de acusações indevidas, inclusive a Comissão Executiva irá demonstrar ao longo da reunião o quanto essas acusações são indevidas. Primeiro lugar: Foi no CMS/RJ que ocorreu a reprovação do orçamento da SMS que iria para a Câmara de Vereadores. Foi reprovado porque acharam que diante de tudo teria que ser feito para a Saúde, no ano que vem, porque o orçamento destinado era pequeno, era aquém daquilo do que se propunha a fazer. Logicamente quem faz a aprovação final é a Câmara de Vereadores mas da parte dos conselheiros do CMS/RJ segue a opinião da política sobre o orçamento. Então como essa opinião já foi, inclusive a Comissão Executiva, através da Presidenta, dirigiu um ofício a Câmara de Vereadores tanto para Comissão de Orçamento e Finanças como para a Comissão de Higiene e Saúde e outras. Disse que o ofício informava que este Conselho reprovou esse orçamento e porque o reprovou. Segundo lugar, ainda com relação ao orçamento, houve uma audiência pública na Câmara de Vereadores e os conselheiros presentes se manifestaram dizendo que o CMS/RJ tinha reprovado esse orçamento e pediram aos vereadores que fizessem o mesmo porque entendiam o que estava planejado seria insuficiente para atender as necessidades da saúde da população da cidade. Esse é o primeiro ponto do segundo lugar. Segundo ponto do segundo lugar: Nesse ínterim, a Comissão Executiva pediu uma reunião ao Secretário da Casa Civil. Esclareceu que seria

uma reunião com a Presidente do CMS/RJ e com os presidentes dos Conselhos Distritais, inclusive essa solicitação foi atendida e a reunião foi realizada. Outros principais pontos explanados pelo Secretário Executivo David Lima: **1** - a realização da reunião se deu por causa do que estava sendo exposto na mídia e no diário oficial para que o Secretário da Casa Civil esclarecesse aos presidentes dos CDS's que a proposta era essa, tendo em vista, que em reunião anterior o Secretário Executivo Geral da SMS que foi convidado para falar no CMS/RJ, disse que estava em estudo as reduções de equipes de saúde, mas ainda não tinham concluído esse estudo. **2** – o Ministério Público foi notificado de tudo que se passou no Colegiado. **3** – o CMS/RJ não tem poder de polícia mas notifica a quem tem. Então foi por esse motivo que a Presidenta começou a ler os e-mails que só dividem os conselheiros em vez de somar. **4** – os Conselhos Distritais como da AP-1.0 e da AP-3.3 tiraram posicionamentos claros em relação aos atrasos dos salários, perda de emprego etc. **5** - os conselheiros têm que discutir novas estratégias e outras coisas a serem feitas. O Superintendente de Atenção Primária da SUBPAV, **Dr. Leonardo Graever** disse que todos estão diante de um cenário de adequação da rede instalada de saúde da família, de atenção primária, que tem um custo anual, pois cada equipe de saúde da família, somando todos os custos envolvidos, gera um custeio em média de um milhão de reais ao ano. Informou que o estimado de custeio dessas equipes para 2017 e 2018 seria de um bilhão e duzentos e sessenta e três milhões reais. Esclareceu que ano passado o orçamento para 2018 não caberia na rede e por conta disso, segundo explicações que recebem, inclusive da Casa Civil, que ao final do ano falta dinheiro, o que atrasa os salários etc. Em 2019 há uma previsão de um orçamento igual e continuaria a não caber na rede de atenção primária. Diante disso, foi lhe dada a tarefa dolorosa, a qual detesta que é de fazer um estudo de adequação da rede ao dinheiro destinado a própria rede. Ressaltou que o momento é de acertar com um orçamento menor e fazer o que é preciso ser feito para no final do ano pagar os profissionais. Com sinceridade, disse que não sabe se poderia tirar dinheiro de outras secretarias e da própria Saúde. O **Vereador Paulo Pinheiro** entendeu que os membros da SUBPAV estão sendo orientados sobre quais eram as alterações sobre o orçamento e sobre a reorganização da Atenção Básica na Cidade do Rio de Janeiro. Confirmando a informação de que seria dito isso, informou que tem o maior respeito pelo Doutor Leonardo Graever, inclusive ele sabe disso e que não será responsável pelo que falará agora. Nesse momento, abordou diversos assuntos atinentes e pertinentes que originaram a crise orçamentária e humanitária na Cidade do Rio de Janeiro. Com o fim da leitura, propôs que este assunto seja discutido com o Secretário da Casa Civil, Paulo Messina, no CMS/RJ. O **conselheiro Jaciano Gomes Santiago** fez um esclarecimento em relação à fala do vereador Paulo Pinheiro. Informou que foi realizada uma reunião na semana passada e o Secretário da Casa Civil, Paulo Messina explicou para todos os presidentes distritais que a macrofunção foi criada para que tivesse uma interação, uma conversa mais direta e de maior facilidade de resolução entre a SMF e a SMS. Disse que a coordenação, o direcionamento da SMS continua sendo da Secretária de Saúde; a doutora Ana Beatriz Busch que esteve presente na reunião assim como a Subsecretária de Atenção Primária. Em relação ao orçamento, como foi dito, em 2016 o presente acabou é menor como foi dito pelo vereador. Também, como foi colocado pelo vereador no final de 2016 durante o período do horário eleitoral foram implantadas um número de equipes o que gerou um custo para o exercício de 2017 e que não estava previsto no orçamento. Então como dito pelo próprio vereador, o custo não estava previsto e a conta ficou para a nova gestão. O orçamento apresentado é menor pela previsão de arrecadação porque o orçamento é feito e não pode colocar o recurso que se gostaria sem ter a previsão orçamentária. O **Vereador Paulo Pinheiro** pediu para comentar a fala do conselheiro Jaciano Gomes Santiago. Disse que ele tem toda a razão quanto à implantação de equipes em 2016 mas ele disse que o orçamento cai por arrecadação menor. Entretanto, esse raciocínio não é o mesmo para toda prefeitura porque mesmo a arrecadação caindo à prefeitura coloca um orçamento maior. Ressaltou que o orçamento do ano passado era de trinta bilhões e duzentos milhões de reais e o pessoal da Saúde dizia que não podiam operar porque não tinha arrecadação mas na prefeitura subiu de trinta bilhões e duzentos milhões para trinta bilhões e seiscentos milhões. Isso é mentira da prefeitura, disse o vereador. Informou que o orçamento proposto para 2019 é de cinco bilhões e vinte e oito milhões de reais. Ressaltou que foi esse o orçamento proposto pelo governo municipal mas os vereadores não podem aceitar esse valor. Em seguida para efeito de comparação com o orçamento para 2019, citou os

orçamentos propostos da gestão atual 2017-2018 e os da gestão anterior 2013 -2016, mostrando que todos eram maiores que o orçamento proposto para 2019. Portanto, disse o vereador, não é verdade que esse orçamento é baixo por causa da arrecadação mas sim porque o Secretário da Casa Civil, Paulo Messina, decidiu com a Secretária de Saúde que só vai deixar gastar com a Saúde em torno de cinco bilhões. Ressaltou que nas gestões anteriores tiveram vários prefeitos e secretários de saúde que nunca precisaram de uma macrofunção para gerir a Saúde. A macrofunção foi a tentativa do Secretário Paulo Messina para consertar um erro que foi feito, pois colocaram uma pessoa na secretaria mas essa pessoa não deslançou e o Secretário Paulo Messina chamou para si essa responsabilidade demitindo uma série de pessoas e tomar conta disso porque ele chegou à conclusão que a Saúde não sabe gastar e que agora ele é o gastador da Saúde. Aplausos. O **conselheiro Alexandre Oliveira Telles** disse achar muito triste os conselheiros virem ao CMS/RJ para debaterem redução de equipes ao invés de expansão porque sabem que na Cidade do Rio de Janeiro ainda têm áreas muito vulneráveis. Os conselheiros necessitam ampliar a cobertura das equipes de estratégia de saúde da família. Ressaltou que é muito complicado fazer esse debate sem a SMS fornecer todos os documentos, pois eles apontam que têm indicadores que são ruins e que a Saúde da Família não tem esse desempenho que era prometido. Eles falam isso mas nunca apresentam esses resultados para os conselheiros, pois o que veem é a SMS fazer um subfinanciamento de Atenção Primária, porque é um projeto que tem sido colocado “goela abaixo” para os trabalhadores e usuários. Informou que esse projeto vai prejudicar a qualidade assistencial porque vai aumentar a população na área descrita. Por exemplo, um médico que atendia três mil pessoas vai passar a atender dezoito mil. O agente de saúde que tinha um determinado número de usuários vai ver esse número triplicar, quadruplicar. Quantos procedimentos vão deixar de ser realizados por categoria profissional. Será que sabemos disso. Por exemplo, quando tira um médico e/ou um enfermeiro de uma equipe deixa de realizar um procedimento. Se tira um técnico deixa de realizar visita. Enfim, quanto sobrecarregado fica o usuário. Disse que é impossível os conselheiros debaterem isso sem dados e também contraditório porque a SMS apresentou o Plano Municipal de Saúde, no CMS/RJ no início do ano e depois o projeto de lei de diretrizes orçamentárias, justamente com a perspectiva do aumento de equipes de expansão da cobertura. Entretanto, só descobriram agora, no final do segundo ano, que têm equipes demais de saúde da família e que são ruins, mas durante o ano todo apresentaram um documento com a perspectiva de expansão, que têm que expandir, inclusive os slides e documentos são públicos no site do Conselho Municipal de Saúde para que não pensem que o conselheiro está mentindo. Agora a gestão municipal acha que não rende, contradizendo o documento que foi aprovado por esse Conselho. Isso é um desrespeito ao controle social. No entendimento do conselheiro, qualquer reestruturação de atenção de políticas de saúde tem que começar a ser debatido pelos Conselhos Distritais. É um desrespeito as CAP's fazer uma proposta de reduzir equipe sem ter debatido qual a necessidade disso com os Conselhos Distritais de Saúde. Aplausos. Informou que o Secretário Paulo Messina vai fazer uma reunião com os presidentes dos Conselhos Distritais para mostrar e explicar isso a eles mas não se deu ao trabalho de ir aos Conselhos Distritais para explicar para todo mundo. Isso deveria ter sido feito, inclusive ele deveria estar no CMS/RJ explicando isso a todos. É um desrespeito a Lei 3142 que diz que esse espaço é um espaço do controle social, deliberativo. Por isso, acha que é função do Conselho Municipal de Saúde rejeitar qualquer reestruturação até que tenham mais informações sobre isso. Em outro sentido, pediu uma posição firme do CMS/RJ para não admitir a demissão de profissionais e a diminuição da cobertura da estratégia de Saúde da Família na Cidade do Rio de Janeiro. Aplausos. Informou que irá complementar outra proposta por achar que os conselheiros têm que examinar mais esse assunto. Então a proposta que vai encaminhar é de rejeição para que não aceitem demissão de profissionais, mas também é direcionada a cobertura e do número de equipes. Os conselheiros devem criar um grupo de trabalho e, porque isso está previsto no Regimento Interno do CMS/RJ para que depois esse grupo de trabalho apresente para a plenária do CMS/RJ um relatório sobre essa reestruturação de Saúde da Família. Ressaltou que o grupo será composto por conselheiros de todos os segmentos e também por convidados, conforme prevê o Regimento Interno. Essa é a proposta. Aplausos. O **conselheiro Ludugério Antonio da Silva** agradeceu ao Vereador Paulo Pinheiro por se fazer presente porque os vereadores que cumprem com seus deveres sempre vinham à reunião. Informou que no dia nove de

novembro os presidentes dos Conselhos Distritais tiveram uma reunião com o Secretário da Casa Civil, com a Secretária e sua assessoria. Então o Secretário da Casa Civil fez uma apresentação a qual tinha o seguinte título: “Papo Reto Sobre a Saúde do Rio de Janeiro”. Informou que fez uma pergunta ao Secretário da Casa Civil e ficou sem resposta. Por isso, quer que fique gravado porque irão as últimas consequências. Perguntou qual foi o critério dessas demissões, dos que estão sendo demitidos nessas equipes. Além desse critério, tem a questão dos NASF’s. Por exemplo: a AP-5.1 é a segunda que têm a maioria. São trinta e quatro equipes. O **conselheiro Marinaldo Silva Santos** disse que são quarenta e quatro equipes. O **conselheiro Ludugério Antonio da Silva** concordou e disse que eram trinta e quatro, pois está seguindo o que foi apresentado pelo Secretário Paulo Messina. Disse que as trinta e quatro equipes, fazendo uma pausa, perguntando aos presentes se é isso que está ocorrendo. Disse que essas demissões não têm nada a ver com a questão da diminuição das equipes. Essas demissões acontecem porque esses trabalhadores não estão cumprindo a meta. Novamente perguntou se é isso que está acontecendo. A maioria respondeu que não. Para concluir, a título de exemplo, disse que na AP-5.1 onde está localizado o Hospital da Mulher Mariska Ribeiro. Indagou qual a situação dessa unidade com o corte que houve e a falta de pagamento. Sobre a OS Cruz Vermelha, disse que a empresa de segurança Talfan está há dois meses sem pagamento. Informou que está tendo uma situação no Hospital Municipal Albert Schweitzer, onde os funcionários estão fazendo milagres para chegar para trabalhar no hospital, sem receber e sem recursos. Ressaltou que todo o dia vai a essa unidade. Falando para o Vereador Paulo Pinheiro, disse o que está faltando, de verdade, é uma transparência dessa gestão, principalmente com o controle social e com a sociedade que elegeu o prefeito. Hoje ele tem medo de receber o controle social e porque, perguntando o conselheiro. Perguntou ao vereador se estavam ou estão garantidas às dez conferências distritais e a conferência municipal, sem o recurso para essa infraestrutura? Não houve resposta do vereador. Então pediu encarecidamente ao Vereador Paulo Pinheiro para que a Câmara de Vereadores cobre isso porque a conferência da AP-5.1 será a primeira a ser realizada entre os dias 09 e 10 de fevereiro de 2019 e até agora o conselheiro não tem garantia da realização com infraestrutura para a conferência. Finalizando, agradeceu a atenção do Vereador. A **conselheira Miriam Andrade de Souza Lopes** informou que os técnicos de enfermagem estão em greve desde o dia sete de outubro. Cinquenta por cento trabalham e os outros cinquenta por cento não. Informou que entraram com o dissídio coletivo de greve e tiveram várias audiências. Fizeram esse encaminhamento porque é a juíza que tem que fazer a conciliação, pois se a prefeitura e/ou a OS não paga o trabalhador estará sendo penalizado. O problema é que os coordenadores dos técnicos estão assediando os trabalhadores dizendo que anotarão os nomes de quem estiver em greve. Informou ainda que esse assédio foi denunciado no processo, mas vão denunciar de novo, agora com os nomes das pessoas que assediam, seja da SMS, seja da CAP, seja da OS porque a greve é por salário já que os trabalhadores estão nas unidades sem receberem salário, ticket e almoço. Por isso, o rodízio de cinquenta por cento. Esse rodízio é para ajudar os colegas, pois muitos não estão conseguindo ir à assembléia por falta de dinheiro e estão vivendo um momento de calamidade. Tudo que o conselheiro Alexandre Oliveira Telles falou o SATEMRJ assina embaixo. A proposta da comissão tem que sair rápido para discutirem e trazer documento pronto porque o Secretário Paulo Messina não compareceu a nenhum Conselho Distrital e nem ao CMS/RJ para dizer quando começou essa história de reestruturação, ou seja, os conselheiros do CMS/RJ só servem para aprovar processos. A conselheira não ficará aprovando processos porque amanhã o Ministério Público irá chamá-la, como conselheira, como representante de seu sindicato, com a ata lida perguntando se ela levantou a mão para aprovar “a” ou “b” de orçamento e que não vai pagar esse preço. Os conselheiros têm que abrir os olhos porque “aqui” o conselheiro não será julgado só pelo grupo mas também por ser o conselheiro da sua entidade. Disse que não aceita o que a SMS está fazendo em não respeitar o CMS/RJ e os Conselhos Distritais. O Secretário Paulo Messina fez uma reunião com os presidentes distritais para mostrar o orçamento mas não vem ao CMS/RJ para conversar. Então quando todos votam têm que votar também na composição porque a conselheira não votou para prefeito e secretaria mas quando votam todos devem prestar atenção porque estão compondo pessoas que em vez de melhorar a situação da saúde, estão acabando com a mesma. A AP- 5.3 do conselheiro Geraldo Batista de Oliveira é muito complicada porque a população é grande e necessita muito das Clínicas da Família. Se um profissional atendia

três mil trabalhadores, agora atenderá dezoito mil mas como ficam os agentes, os técnicos e os enfermeiros, entendam. A conselheira confessou que está muito triste e irá embora chorando porque uma pauta preparada como essa e o doutor Leonardo Graever não ter como explicar. Pausou a fala para se desculpar com o próprio doutor Leonardo Graever porque a SMS o enviou para falar uma coisa e que não sabia. Portanto, não conseguiu falar o que a plenária queria ouvir. Novamente a conselheira pediu desculpas porque a presença do doutor Leonardo Graever não ajudou a todos mas ressaltou que ele não é culpado e sim o Secretário Paulo Messina que não compareceu ao CMS/RJ. Aplausos. A **conselheira Maria José dos Santos Peixoto** disse que esse é um ponto importante por se tratar do assassinato da saúde pública do Rio de Janeiro. Por isso, deveria ter sido o segundo ponto da pauta para ter tempo de discussão. Disse que a Comissão Executiva precisa pensar mais na sociedade. Aplausos. Ressaltou que o documento lido no início, o ponto dois da pauta, foi indiretamente para ela mas não tem medo porque é livre. Disse ainda que não está falando com a pessoa Leonardo Graever e sim com o representante do governo municipal porque não são poucos os conselheiros governamentais que não colaboram para conseguir parar esses absurdos, essas demissões. Os conselheiros não podem permitir que meia dúzia e que daqui a quatro anos irão embora, acabem com a saúde do Município do Rio de Janeiro. Por isso, precisam respeitar os servidores. Esclareceu que irá dizer uma coisa para todos, para o governo aqui presente e para aquele que está lá encima: demitir trabalhadores é um sinal de que o Prefeito Marcelo Crivella não veio para cuidar das pessoas porque enquanto uma pessoa morre na porta de uma unidade de saúde não foi porque o funcionário não quis atender mas porque não tinha condições de atender. Ressaltou que ainda não viu nenhum desses secretários presos, nenhum prefeito preso e por conta disso se mata indiretamente porque o povo do Rio de Janeiro está morrendo por falta de atendimento. Disse que no incêndio no CER Barra morreram cinco idosos porque não conseguiram sobreviver. Em relação a essa frase, a conselheira disse que foi pesado ouvir uma coisa dessas. A **doutora Valeska** informou que é médica de família em comunidade, trabalha no consultório na rua e atende a CAP-3.1. Informou para lembrar o que foi colocado pelo conselheiro Alexandre Oliveira Telles; disse que inicialmente os conselheiros têm uma proposta técnica da SMS do tamanho da Rede que se preconizava como necessária e possível para esse momento. Têm pelo menos três documentos que passaram e foram aprovados no CMS/RJ e que falam dessa Rede em relação à Atenção Primária e, em relação à Rede hospitalar que também é o Plano Plurianual, o Plano Municipal de Saúde e a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Esse Plano de reorganização veio contradizer todas essas propostas que já houve no CMS/RJ e já foram aprovadas. Então se trata das pessoas perceberem que tecnicamente aquela Rede que tinha sido pensada é supérflua demais, as pessoas não necessitam daquilo tudo. Não é isso, é uma questão orçamentária, de uma decisão que não vem de uma decisão técnica de quem está pensando o que é o serviço que a população, de fato, precisa o que é algo bastante delicado nesse sentido. Então quando vão analisar esses critérios técnicos vai achar, de fato, um monte de falhas e de problemas assim. Como exemplo, colocou uma questão que é um problema crônico em algumas regiões, principalmente nas mais distantes e também as que têm o maior índice de violência, que é a questão de fixação de profissionais, em especial o profissional médico. Essas obviamente são equipes que terão menor produção e vão ter menor nível com a população. Terão menor índice de frequência que é algo que está colocado porque as pessoas, quando de forma crônica não tem médicos, repetidamente vão buscar na unidade e não encontram o profissional. Por isso, acabam deixando de procurar aquela unidade e passam novamente a adquirirem à cultura de procurar diretamente as UPA's e emergências para resolverem os seus problemas. Entretanto, isso não se resolve extinguindo a equipe porque tem que conseguir ter estratégias para fixação desses profissionais nesse local porque a necessidade da população continua aqui. Nesse momento, fez coro com a idéia do conselheiro Alexandre Oliveira Telles porque acha que essa proposta precisa ser mais aprofundada, mais estudada para que possam passar nos Conselhos Distritais e, em uma comissão do CMS/RJ onde possam fazer um parecer aprofundado, não que vai acontecer hoje e que até lá isso não seja aprovado. Aplausos. O **conselheiro Marinaldo Silva Santos** informou que está retornando hoje após uma licença de quatro meses em função das eleições. Disse que o debate que foi colocado em termos do desmonte da Atenção Primária no Município do Rio de Janeiro não o surpreende porque isso já vem sendo programado há bastante tempo. Informou que há exatamente um ano iniciaram um movimento em defesa

das Clínicas da Família e que naquele momento estavam sendo fechadas pelo governo Crivella. Daí nasceu “Nenhum Serviço de Saúde a Menos”, que é um movimento dos trabalhadores da saúde primária. Acha que esse movimento está de parabéns, pois conseguiram sustar naquele momento, a destruição das Clínicas da Família propostas e hoje, o governo novamente retoma esse desejo de acabar com a Atenção Primária no Município do Rio de Janeiro. Não apenas a questão das clínicas da família mas fundamentalmente a Saúde Mental do Rio de Janeiro que está passando por dificuldades enormes. Antes de prosseguir, disse que estava conversando com o representante do CAPSi sobre isso mas acha que ele já foi embora. Portanto, vão reorganizar a comissão de saúde mental do CMS/RJ que tinha parado de funcionar em função de sua licença já que é o responsável por essa comissão. Informou que irão retornar aos trabalhos para que possam ser uma resistência a mais contra essa destruição que o prefeito está querendo fazer na saúde mental do Rio de Janeiro porque estão querendo acabar com os CAPSad que são voltados para álcool e outras drogas para que se possa ter a entrada de comunidades terapêuticas no Município do Rio de Janeiro. Explicou que essas comunidades terapêuticas são geralmente vinculadas a igrejas. O p

refeito já tornou essas igrejas em Órgãos de utilidade pública para que possam receber dinheiro público e assim terem internos dentro dessas comunidades terapêuticas ligadas a essas igrejas. Disse achar premente que se tenha uma resistência bem mais consistente do que tinha tido até agora e que entendeu o conselheiro Alexandre Oliveira Telles por achar que não dá mais para os conselheiros estarem apenas dialogando e falando: “olha vamos fazer”. Não, porque acha que o CMS/RJ, enquanto Órgão deliberativo tem que tomar posições firmes e se for o caso os trabalhadores da Saúde devem parar de frequentar o CMS/RJ. Acha que isso é fundamental. Acha ainda que se a questão é de funcionamento de paridade e se a prefeitura, este governo, não respeita o CMS/RJ; então devemos nos afastar para ver o que eles vão fazer sem a paridade. Isso é fundamental para que sejam respeitados enquanto conselheiros. Disse ainda que os conselheiros usuários e os conselheiros profissionais de saúde têm que estar unidos sempre. Exemplificando, o profissional de educação do Município do Rio de Janeiro é psicólogo educacional, então fazem encontros com as mães dos alunos, com os responsáveis. Ressaltou que escutam todas as dificuldades que se tem para ser atendido em uma Clínica da Família porque não têm equipes suficientes para atender as demandas. Por esse motivo, um aluno que está com problema de pele não poderá assistir as aulas, evitando, assim, de contagiar os outros. Portanto, essa questão da destruição da Atenção Primária no Rio de Janeiro está afetando a todos e não apenas os profissionais de saúde mas fundamentalmente os usuários e as crianças que estudam nas escolas públicas. Aplausos. A **conselheira Denise Resende Sanches** informou que a conselheira titular Elizabeth Guastini não pode vir porque fizeram uma assembléia hoje e vão manter a greve até o pagamento da última equipe. Informou que estão mantendo a greve dos enfermeiros. Disse que aumentar a área descrita para atendimento com um profissional ou dois não vai resultar em um bom atendimento porque a população vai desistir de ir lá para ser atendida e por que?. Porque se aumenta uma área descrita, isso falando do IDH (índice de desenvolvimento humano), hoje o Município do Rio de Janeiro está totalmente em ruínas porque está tendo muitas demissões. Então vão aumentar a demissão despedindo mais de mil e quatrocentos trabalhadores. A grande maioria, hoje, dos demitidos não tem mais planos de saúde para serem atendidos. Por isso, estão migrando para o SUS na área do Município do Rio de Janeiro. Se demitir vai aumentar a área descrita para atender mas não vai conseguir porque o profissional que está lá na ponta vai entrar em um estresse profundo, vai sofrer muito e isso é muito ruim. Ressaltou que muitos profissionais vão acabar deprimidos e serão encaminhados para a psiquiatria por não aguentarem a sobrecarga. Essa é a realidade e acha que não se pode ter mais demissões. Também acha que, nesse momento, os conselheiros devem fazer esse documento para aprová-lo e mandá-lo imediatamente para o Ministério Público tomar uma decisão não deixando que tenha demissão e não deixando que diminua a cobertura do Programa de Saúde da Família no Município do Rio de Janeiro. Aplausos. O **Senhor Márcio** informou que é médico de família em comunidade e que trabalha na CAP-3.3, Clínica da Família Ana Maria da Conceição dos Santos Correia, localizada em Vila Cosmos. Ressaltou que também é preceptor médico da UERJ onde ajuda a formar médicos de família na sua unidade. Portanto, também está vinculado com a Instituição UERJ. Nesse Momento, fez a leitura de uma carta aberta e ao final, aplausos. O **conselheiro Jaciano Gomes Santiago**

disse que fará um esclarecimento sobre algumas falas ditas. Uma é em relação às demissões atuais que nada tem a ver com o processo de reorganização, pois as demissões atuais que ocorreram com os NASF's tem a ver com o ajuste no contrato. Por exemplo, alguns contratos que possuíam quatro NASF's tinham na sua execução dez. Então são seis NASF's que não estavam previstos, inclusive às vezes com número maior de profissionais do que poderiam conter. Com relação à apresentação nos Conselhos Distritais, informou que a primeira foi feita na semana passada para os presidentes distritais. Informou que no dia da reunião foi divulgado que o Subsecretário de Atenção Primária, Leonardo de Oliveira El Warrak irá a cada Conselho Distrital para fazer a apresentação. Disse que no CDS da AP-2.1 já está marcado, caso não esteja enganado dia 19. Em relação ao questionamento da Conferência de Saúde feito pelo conselheiro Ludugério Antonio da Silva, informou que em vários momentos teve a oportunidade, inclusive a própria Secretária de Saúde se comprometeu em dar apoio total a Conferência. O próprio CMS/RJ, na sua Comissão Organizadora, tem feito reuniões periódicas no que tange a organização, infraestrutura e alimentação. De fato conseguiram e o compromisso da Secretária de Saúde já foi firmado. Em relação à ausência da Secretária de Saúde para o ponto oito, disse que o ponto oito foi levado para a reunião da Comissão Executiva colocado como solicitação de pauta e não como apresentação da SMS porque alguns conselheiros gostariam de discutir dessa reestruturação no CMS/RJ. Por conta disso, solicitaram em cima da hora e o Superintendente de Atenção Primária, doutor Leonardo Graever se prontificou a ir ao CMS/RJ para iniciar um diálogo com todos. Por essa razão é que a Secretária de Saúde não está presente. Em relação a pagamentos, o Subsecretário Geral Executivo, doutor Alexandre Campos, disse na Câmara de Vereadores que havia um acordo com o Tribunal Regional do Trabalho que até o dia doze seria efetuado o pagamento do mês de setembro e até o dia vinte o pagamento do mês de outubro. Prosseguindo, informou que ontem a SMS efetuou o repasse para as OS's do mês de setembro. Quanto ao questionamento do ponto oito que deveria estar no início da pauta, que não foi uma manobra de forma nenhuma e sim para ter uma discussão mais ampla para não prejudicar os pontos da pauta porque na última plenária foi dito que alguns itens da pauta ficaram de fora e não puderam ser apresentados. De qualquer forma, foi lida a pauta do dia no início e depois aprovada, ou seja, os conselheiros poderiam, caso entendessem que deveria ser modificada e terem colocado essa questão. A **Presidenta Maria de Fátima Gustavo Lopes** perguntou ao conselheiro Alexandre Oliveira Telles qual era a proposta que tinha. O **conselheiro Alexandre Oliveira Telles** releu a sua proposta: Item um: "Rejeitar a proposta de reestruturação da Atenção Primária apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde". Item dois: "O Conselho Municipal de Saúde tem que se posicionar contra a redução de equipes de saúde da família e demissões de profissionais de saúde". Item três: "Criar um grupo de trabalho, conforme o regimento interno do Conselho que será composto por conselheiros e convidados que debaterão a reestruturação". Informou que se for aprovado, os conselheiros debaterão para ver como será a composição desse grupo. Também disse que queria que os três itens fossem aprovados em conjunto, perfazendo uma proposta única em bloco. Atendendo a um apelo, o **conselheiro Alexandre Oliveira Telles** leu a proposta da conselheira Denise Resende Sanches: "O Sindicato dos Enfermeiros pediu para encaminhar as informações sobre as demissões para o Ministério Público". O **Secretário Executivo David Lima** pediu desculpas e indagou ao conselheiro se o item um não invalida os outros dois ou é o conselheiro que já rejeita os outros dois porque anula os outros. O **conselheiro Alexandre Oliveira Telles** respondeu que não, mas que podem rejeitar por insuficiência de informações. Disse que assim poderá ser feito, perguntou o conselheiro, porque depois trabalharão o item três. Então perguntou se podem fazer assim e os conselheiros concordaram. Novamente com a palavra, disse que o item um ficou da seguinte forma: "Rejeitar por insuficiência de informações a proposta de reestruturação da Atenção Primária apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde". A **Presidenta Maria de Fátima Gustavo Lopes** colocou os itens da proposta para ser votada em bloco, resultando na aprovação por maioria simples dos presentes. Em seguida iria passar para o próximo ponto mas o **conselheiro Alexandre Oliveira Telles** pediu desculpas e disse que não podia porque como aprovaram o grupo de trabalho, agora os conselheiros terão que definir a composição desse grupo de trabalho. Como muitos conselheiros já tinham ido embora surgiu um "burburinho" no auditório para evitar adiar a definição da composição do grupo. O **Secretário Executivo David Lima** disse que seria mais interessante montar um pequeno

grupo com os poucos conselheiros presentes podendo agregar com outras pessoas depois. O **conselheiro Alexandre Oliveira Telles** concordou e pediu para fazer uma proposta. Disse que com base no que já aprovaram propôs tirar um grupo de trabalho porque o regimento interno permite chamar também convidados e não só conselheiros. Os conselheiros tirarão um grupo de trabalho, agora, para depois poderem agregar outras pessoas e na próxima reunião ordinária homologa quem entrou e quem não está presente. Indagou ao pleno se poderá ser feito dessa forma. Todos concordaram e foi aberta a inscrição. O **conselheiro Alexandre Oliveira Telles**, que antes havia falado da questão dos convidados disse para a **Presidenta Maria de Fátima Gustavo Lopes** sugerindo convidar a Associação Brasileira de Saúde Coletiva - ABRASCO, o CEBES e a AMFaC - Associação de Medicina de Família e Comunidade do Estado do Rio de Janeiro. O **conselheiro Marinaldo Silva Santos** sugeriu que convidassem a FIOCRUZ. O **conselheiro Wagner Gomes Bezerra** sugeriu convidar o Ministério Público Estadual e o Ministério do Trabalho e Empregos. Entretanto, a **conselheira Maria José dos Santos Peixoto** apoiada por outras conselheiras disse ao conselheiro que não adianta chamar porque não virá. A **Presidenta Maria de Fátima Gustavo Lopes** disse que a documentação vai para o grupo de trabalho composto por conselheiros e convidados. Em seguida leu os nomes dos conselheiros: Alexandre Oliveira Telles, Maria de Fátima Silva Pinto, Maria Edileusa Braga Freires, Ludugério Antonio da Silva, Margarida Maria Azambuja Frouf, Marinaldo Silva Santos, Wagner Gomes Bezerra, Denise Resende Sanches, Maria Lúcia e Julia Daniela de Castro. Depois citou os convidados: ABRASCO, CEBES, FIOCRUZ e AMFaC. O **conselheiro Alexandre Oliveira Telles** disse a Presidenta Maria de Fátima Gustavo Lopes que estava conversando com o Secretário Executivo David Lima para que a Comissão do Grupo de Trabalho escolha um conselheiro para presidir esse mesmo grupo de trabalho. Partindo daí, deveria deixar marcada a primeira reunião pelos menos. Em seguida sugeriu mais convidados: DMIF – Departamento de Medicina Integral, Familiar e Comunitária da UERJ. A **conselheira Maria Lúcia** sugeriu a UERJ porque os conselheiros vão precisar de outras frentes. Surgiu uma dúvida sobre o dia e o local da reunião. Depois de uma longa conversa foi decidido que a reunião será quinta-feira às duas horas da tarde no CDS da AP-1.0, localizado à Rua Evaristo da Veiga, 16. O **conselheiro Alexandre Oliveira Telles** disse que irá criar um grupo no WhatsApp e que para isso, cada um deve deixar escrito o nome e o número do celular para ser adicionado. A **conselheira Maria da Glória Silva** pediu para colocar seu nome na Comissão do Grupo de Trabalho e foi atendida. Não havendo mais nada a ser discutido e deliberado é encerrada a reunião às dezoito horas e cinco minutos e eu **Marcelo Dionízio Gomes** dou por lavrada a ata e assino em conjunto com a Presidenta deste Conselho, **conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes**.

Marcelo Dionízio Gomes

Maria de Fátima Gustavo Lopes

